

2012

relatório&contas
annual report

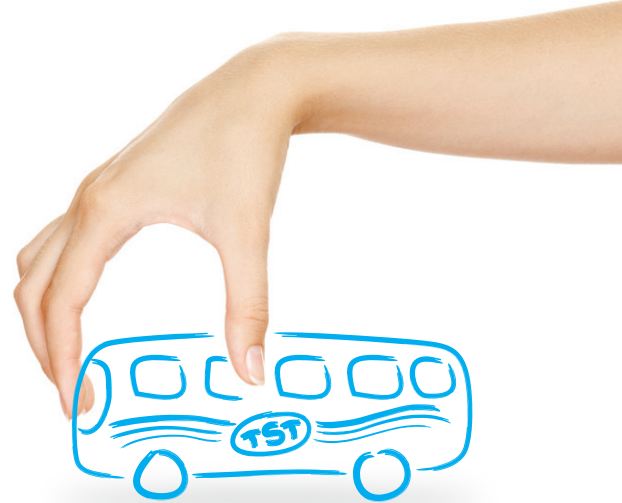


TRANSPORTES
SUL DO TEJO



ÍNDICE

CONTENTS



01	Orgãos Sociais	4	Board of Directors
02	Relatório do Conselho de Administração		Board of Directors Report
1.	Atividade do Ano	6	Annual Activity
2.	Perspetivas Futuras	10	Future Prospects
3.	Referências	11	Acknowledgements
4.	Proposta de aplicação de Resultados	11	The Proposed Appropriation Of Profits
03	Demonstrações Financeiras		Financial Statements
1.	Balanço	13	Balance Sheet
2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	15	Income Statement
3.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	17	Equity Statement
4.	Demonstração de Fluxos de Caixa	19	Cash Flow Statement
04	Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	21	



01

ORGÃOS SOCIAIS *BOARD OF DIRECTORS*

01

ORGÃOS SOCIAIS

BOARD OF DIRECTORS



ASSEMBLEIA GERAL GENERAL ASSEMBLY

Keith John Bastow
Presidente *Chairman*

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário *General Secretary*

Antero dos Santos Monteiro
Secretário Suplente *Substitute Secretary*

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans
Presidente *Chairman*

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal *Board Member*

José Manuel de Sá Guimas
Vogal *Board Member*

Luís de Almada Guedes Machado
Vogal *Board Member*

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal *Board Member*

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
Vogal *Board Member*

Robert Stephen Boyd
Vogal *Board Member*

FISCAL ÚNICO AUDITORS

PricewaterhouseCoopers e Associados SROC, Lda

Representada por
Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão
ou **Jorge Manuel Santos Costa**

José Manuel Henriques Bernardo
Suplente *Substitute*



02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT



1. ATIVIDADE DO ANO

O ano de 2012 foi caracterizado pela concretização das medidas negociadas pelo Governo no Memorando de Entendimento, visando o ajustamento do deficit orçamental das contas públicas. A necessidade de conter este desvio, levou à aplicação de um conjunto de medidas recessivas com forte impacto na atividade económica, como espelham os decréscimos do Produto Interno Bruto em 3,2%, o consumo privado em 6,0% e o aumento da taxa de desemprego que atingiu no final do ano o valor de 16,9%.

No sector dos transportes, e na linha de atuação que já se tinha iniciado no ano anterior, a preocupação do Governo centrou-se basicamente no desempenho das empresas públicas, não tendo desenvolvido qualquer ação de apoio ou reestruturação do sector ao longo do ano.

À semelhança do ano anterior, não foi possível, em 2012, chegar a um acordo entre os operadores privados de transporte de passageiros da área metropolitana de Lisboa e o Governo, para o pagamento das compensações financeiras por imposição tarifária. Este facto interrompeu uma prática em vigor iniciada em 2004, e que dava cumprimento aos regulamentos comunitários sobre esta matéria. Esta atuação debilitou significativamente a estrutura económica e financeira da empresa, situação essa para a qual o Governo foi diversas vezes alertado.

A política desenvolvida pelo Governo para conter o deficit público, levou a que, durante o ano de 2012 fosse retirado o apoio na aquisição de títulos de transporte escolares 4_18 e sub 23, tendo apenas permanecido um apoio às famílias mais carenciadas. Estas alterações contribuíram para acentuar a quebra de procura no ano que se cifrou em cerca de 12%.

A quebra do rendimento disponível das famílias levou a que os utilizadores dos transportes públicos optassem por títulos de transporte com preço mais baixo, reduzindo assim as suas opções de mobilidade. De facto, verificou-se que os passes exclusivos da rede de serviços TST apresentaram evoluções positivas face ao ano anterior, enquanto que os títulos multimodais caíram 23,3% e os passes combinados com a Fertagus reduziram 35,8%.

1. ANNUAL ACTIVITY

The year 2012 witnessed the application of measures negotiated by the Government, under the "Memorandum of Understanding", intended to adjust the budget deficit in public accounts. The need to restrain this deviation led to the enforcement of a series of recessive measures, which severely reflected on the economic activity, as shown by the 3.2% decrease in the Gross Domestic Product, the 6.0% drop in private consumption and the unemployment rate that reached 16.9% at the end of the year.

In the transport sector, following the same line of action implemented during the previous year, the Government focused mainly on the performance of public owned companies, having implemented no action to support or restructure the sector, throughout the year.

As had occurred in the year before, no agreement was reached between the private owned passenger transport companies in the Lisbon metropolitan area and the Government, during 2012, for the purpose of awarding financial compensations due to tariff impositions. This fact led to the interruption of a practice initiated in 2004, which followed the enforcement of community regulations on this matter.

This course of action significantly undermined the company's economical and financial structure, to which situation the Government was made aware, on several occasions.

Government policy to contain public deficit during 2012 led to the withdrawal of the support to acquire school transport passes "4_18" and "sub 23", maintaining only the support to families in difficult financial circumstances. These changes contributed towards the worsening of the reduction in demand, which amounted to approximately 12%.

The collapse in the families' available income induced the public transport users to opt for lower price transport fares, thus reducing their mobility options. In fact, exclusive passes for the TST service network showed a positive evolution, when compared to the previous year, whereas multimodal passes dropped 23.3% and combined passes with Fertagus suffered a 35.8% reduction.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT

O Governo decretou no mês de Fevereiro um aumento do preço dos títulos de transporte, que foi de 5% para os passes multimodais e combinados, e de 4% para os restantes títulos. Este acréscimo de preço, conjugado com a quebra de procura, levou a que as receitas relativas ao serviço público regular de transporte de passageiros da empresa, em 2012, fossem 2% inferiores ao registado no ano anterior.

Em face da violenta contração da procura, foram adotadas medidas de racionalização da rede de serviços no sentido de efetuar a sua adaptação às reais necessidades de deslocação das populações. Assim, iniciou-se no mês de Maio uma reestruturação das carreiras que permitiu reduzir, no ano, um milhão de quilómetros de serviços. Esta análise de rede levou também à criação de novos serviços, dando resposta a necessidades reais de deslocação, nomeadamente serviços diretos de ligação com o centro de Lisboa, que tiveram uma resposta bastante positiva das populações.

Também no sentido de contrariar a quebra de procura e incentivar as deslocações em transporte público, foram desenvolvidas campanhas específicas de promoção do serviço, através da redução do preço, que apresentaram crescimentos de procura na ordem dos 35%.

Registe-se que, apesar deste cenário de contração económica, a empresa continuou a investir na inovação, tendo concluído a instalação do projeto de bilhética sem contacto. A informação possível de obter com este novo sistema de bilhética, relativamente à utilização dos nossos serviços de transporte, vem melhorar a capacidade de análise da empresa, podendo contribuir para uma melhor adequação da oferta de serviços às reais necessidades da procura.

Ainda na área da inovação, a empresa desenvolveu um estudo de simplificação do sistema tarifário relativo aos títulos de transporte próprios, com objetivo de facilitar a compreensão dos passageiros sobre os títulos mais adequados às suas necessidades de deslocação. Com esta medida, reduziram-se 17 tarifas de passes mensais, e criou-se uma única tarifa para as deslocações efetuadas com o bilhete pré-comprado, para a área geográfica dos concelhos do Seixal e Almada. Esta proposta foi aprovada pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, tendo sido concretizada em Janeiro

In February, the Government determined an increase in transport fares, which reached 5% for multimodal and combined passes and 4% for the remaining tickets. Together with the fall in demand, this price increase caused the company's revenues related to the public transport service to drop 2%, when compared to the results attained in the year before.

Confronted with the severe contraction in demand, rationalization measures to the service network were adopted, intended to adapt it to the populations' real needs. For that purpose, a restructuring of the travelling lines was undertaken, which allowed to reduce, throughout the year, one million kilometres in services. This network analysis also led to the implementation of new services, responding to travelling real needs, namely direct liaison services to the centre of Lisbon, which met a very positive response from the populations.

Intended to react to the breach in demand and encourage travelling by public transport, specific campaigns to promote the service were also carried out, through the reduction of price, showing a growth in demand of about 35%.

Notwithstanding this contraction scenario, the company still continued to invest in innovation, having concluded the contactless ticketing system. Information gathered by means of this new ticketing service, regarding the use of our transport services, helps improve the analysis ability of the company, enabling to better adjust the services offered to the real needs of the demand.

In the scope of innovation, the company developed a study intended to simplify the fare system related to own transport titles, intended to ease the passengers' assessment about the titles most suited for their travelling needs. In this manner, 17 monthly pass fares were reduced and a single fare for travelling with a pre-paid ticket was created, in the geographical area of Seixal and Almada Municipalities. This proposal was approved by the Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (Metropolitan Authority for Lisbon Transport) and was implemented in January 2013.

Pursuant to the continuous improvement policy, as had occurred before, the company conducted a satisfaction survey of its clients, which global index showed an improvement, when compared to the previous year, obtaining a result of 6.94 on a scale of 1 to 10.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT

de 2013. Na linha estratégica da melhoria contínua, e como habitualmente, a empresa realizou um inquérito de satisfação aos seus clientes, tendo o índice de satisfação global melhorado em relação ao ano anterior, registando o valor de 6,94, numa escala de 1 a 10.

Na área comercial também se fez sentir as condições macroeconómicas vividas no País. Apesar disso, a empresa procurou tirar partido de todas as oportunidades apresentadas pelo mercado, associando-se em parceria a diversos projetos. Saliente-se o nosso envolvimento no transporte para os festivais de música de verão e a participação no programa televisivo de divulgação das sete maravilhas praias de Portugal, projetos com grande divulgação e visibilidade na comunicação social.

A dificuldade económica sentida pelas empresas, pelos estabelecimentos de ensino e pelas famílias, levou a que a procura de autocarros para serviços comerciais tenha diminuído, assistindo-se a uma quebra de 9,5% nos quilómetros produzidos nesta atividade, que se refletiu numa perda de 7,5% de rendimentos.

Na área da manutenção efetuou-se um significativo esforço de racionalização e melhoria dos processos de trabalho que resultaram numa redução dos custos de 7,6% relativamente ao ano anterior. Considerando que a redução de oferta se situou em 5,3% sobre o ano anterior, verificou-se uma melhoria do custo unitário desta atividade.

Na área do consumo de combustível, continuou-se com o desenvolvimento do projeto de monitorização da atitude dos motoristas, visando um comportamento de conforto e segurança da sua condução. Este facto, aliado à reestruturação da oferta, permitiu reduzir o consumo de combustível em 753 mil litros, tendo o consumo específico reduzido 0,6%, situando-se em 40,01 litros aos 100 quilómetros.

Na área dos recursos humanos, refira-se que a empresa manteve a política de formação dos seus colaboradores, procurando a melhoria das suas competências e aumentando a motivação, tendo-se realizado ao longo do ano, 20.067 horas de formação.

The commercial area also suffered from the macroeconomic conditions endured by the country. In spite of that, the company endeavoured to benefit from the opportunities offered by the market, entering into partnerships in several projects. We underline the new involvement in transport to summer music festivals and the participation in the television show that unveiled the seven wonders in Portuguese beaches, projects that enjoyed a wide exposure and diffusion in the media.

The economic difficulties experienced by the companies, the schools and the families led to a decrease in the demand of buses for commercial services, showing a 9.5% reduction in kilometres produced in this activity, resulting in a 7.5% loss in revenues.

The maintenance area experienced a significant effort towards the rationalization and improvement of work processes, resulting in a cost reduction of 7.6%, when compared to the previous year. Considering that the reduction in offer amounted to 5.3%, when compared to last year's, there was an improvement in the unit cost of this activity.

As far as the fuel consumption area is concerned, the monitoring project to oversee the drivers' attitude continued, intending to induce a comfortable and safe driving. Together with the restructure in the offer, this allowed a 753 litre reduction in fuel consumption, having reduced the specific consumption in 0.6%, amounting to 40.01 litres per 100 kilometres.

In the human resources area, the company maintained the employees' training policy, pursuing the improvement of their skills and increasing their motivation, providing 20.067 training hours, during the year.

In spite of the decrease in activity, the company managed to make no reduction of jobs, by adapting the distribution of the workload among the existing employees.

We note that, in August, changes to the labour code were approved, legally enforced, altering some regulations related to the organization and payment of work, impacting the transport sector. This new legislation brought upon some labour contestation, contributing towards the increase of social unrest, during the last quarter of the year.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT

Apesar da diminuição da atividade, a empresa não procedeu a nenhuma ação de redução dos seus postos de trabalho, adaptando a distribuição do nível de trabalho pelos efetivos existentes.

Refira-se que, em Agosto, foram aprovadas alterações ao código laboral, aplicado por imposição legal, que alterou algumas regras relativas à organização e pagamento dos tempos de trabalho, com impacto no sector dos transportes.

Esta nova legislação gerou alguma contestação laboral, tendo contribuído para o acréscimo de agitação social no último trimestre do ano.

Na linha estratégica da procura da melhoria contínua, decorreu a auditoria ao sistema integrado de gestão, nomeadamente à norma ISO 9001, tendo-se renovado a respetiva certificação. Decorreu igualmente a auditoria relativa à aplicação da norma OHSAS 18001, tendo a empresa obtido a respetiva certificação, para todas as suas instalações, no âmbito da saúde e segurança no trabalho.

Na linha estratégica de desenvolvimento de parcerias, a empresa manteve contactos regulares com as principais autarquias que serve, partilhando informação e apresentando as principais modificações de serviço de transporte nas suas áreas.

Também ao nível das forças de segurança, a partilha de informação e ações conjuntas foi incentivada o que contribuiu de forma decisiva para um maior sentimento de segurança por parte dos nossos clientes e trabalhadores.

Em resultado do trabalho desenvolvido, a empresa apresentou um resultado operacional de € 1.006.035,28, e um resultado líquido de € 334.811,24.

Following the strategic pursuit of continuous improvement, the audit of the integrated management system was carried out, pursuant to ISO 9001 standard, leading to the renewal of the certification. Application of standard OHSAS 18001 was also carried out and the company was awarded the respective certification, for all its premises, in the scope of health and safety in the workplace.

Within the strategic line of partnership development, the company kept regular contact with the main Municipalities served, sharing information and presenting the main changes to transport services, within their areas.

As far as security forces are concerned, information sharing and joint actions were promoted, proving to be a decisive factor towards a stronger feeling of security, of both our clients and employees.

As a result of the work performed, the company presented an operating result of € 1.006.035,28, and a net profit of € 334.811,24.



2. PERSPETIVAS FUTURAS

O cenário macroeconómico dos próximos anos continuará a ser dominado pela necessidade de ajustamento do deficit das contas públicas, condicionando a capacidade e investimento dos agentes económicos e levando a um crescimento muito contido da atividade económica.

O sector dos transportes públicos será influenciado por esta tendência, sendo previsível a continuação do decréscimo de passageiros, pelo que, é determinante, uma rigorosa gestão ao nível dos gastos operacionais.

Nos últimos dois anos, a orientação estratégica levada a cabo pelos decisores políticos para o sector, foi a de procurarem a melhoria do desempenho das empresas públicas, criando condições para a possível concessão a privados da sua exploração.

Face aos condicionalismos macroeconómicos, pelo segundo ano consecutivo, o Governo não atribuiu, aos operadores privados da área metropolitana de Lisboa, as compensações financeiras pela imposição tarifária, o que afeta significativamente o seu equilíbrio económico e financeiro.

Face à previsível conjuntura de agravamento das dificuldades económicas no País, torna-se urgente a definição de um quadro estável de financiamento do serviço público de transportes da área metropolitana de Lisboa, sob pena de a iniciativa privada não ter condições para continuar a prestar o serviço público de transporte nesta região.

As intenções do Governo de conceder a privados a gestão das atuais empresas públicas, será uma oportunidade de clarificação do regime de financiamento do sector, sem o qual esta intenção estará condenada ao fracasso.

Ao nível da gestão interna a empresa continuará a apostar na rigorosa gestão dos seus gastos, procurando melhorar o seu equilíbrio económico e financeiro, por outro lado, manterá uma particular importância na área da inovação, procurando tirar o melhor partido dos projetos de bilhética sem contacto e do sistema de ajuda à exploração recentemente implementados na empresa.

2. FUTURE PROSPECTS

Over the next few years, the macroeconomic scenario will continue to be ruled by the need to adjust the deficit in public accounts, constraining both the ability and the investment of economic agents, leading to a very restrained increase in the economic activity.

Since the transport sector will suffer from this trend and taking into account that the continuous decrease in passengers is predictable, it is paramount that the management of operating costs will be strict.

For the last two years, the strategic guidelines implemented by the political decision makers for the sector pursued an improvement in public companies' performance, creating a favourable framework to the possible concession of its exploration contracts to private companies.

Considering the macroeconomic conditions, the Government failed to grant private operators, for the second year in a row, financial compensations for the imposition of fares, significantly impairing their economic and financial balance.

In view of the foreseeable escalation of the Country's economic difficulties, it is of the utmost urgency that a stable financing scenario for public transport service in Lisbon's metropolitan area will be fixed. Otherwise, the private initiative will no longer have the necessary conditions to continue providing public service transport in this region.

The Government's intent to grant private companies the management of the existing public companies will clarify the sector's funding scheme, without which this intention will be doomed to fail.

Regarding internal management, the company will continue to rely on a strict management of its costs, aiming to improve its financial and economical balance and will, on the other hand, keep waging on innovation, intending to make the most of contactless ticketing system and the automatic vehicle location system, recently implemented in the company.

A concern for our customers' mobility is always present, seeking to provide new services, which prove viable and sustainable in the future.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT

A preocupação com as necessidades de mobilidade dos nossos clientes estará sempre presente, procurando o estabelecimento de novos serviços que se mostrem viáveis e sustentáveis no futuro.

Também o nosso cliente interno continuará a merecer uma particular atenção, tendo em conta, principalmente, as dificuldades económicas que algumas famílias possam vir a sentir, pelo que, a vertente de responsabilidade social da empresa estará atenta a estas situações.

3. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A Administração expressa o seu reconhecimento a todos os colaboradores da empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício.

Ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de € 334.811,24, seja transferido para Resultados Transitados.

Laranjeiro, 18 de Abril de 2013

Our internal customer will also continue to deserve our best attention, especially considering the economic difficulties some families may experience, deserving the company's interest, from a social responsibility angle.

3. ACKNOWLEDGEMENTS

The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have contributed towards the development of the company's activity, mainly our clients, suppliers, consultants, banks and other private and public entities.

Management conveys its recognition to all the company's employees, whose efforts, dedication and competence added to the results achieved during the year.

The shareholder is thanked for the incentive, follow-up and support offered throughout the year.

4. THE PROPOSED APPROPRIATION OF PROFITS

Under the terms of paragraph f) of number 5, article 66 of the Companies Code and in conformity with the Articles of Association of the Company, we propose that the Net Profit for the financial year ending 31 December 2012 of € 334.811,24, be transferred to Retained Earnings.

Laranjeiro, 18 of April 2013



03

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



1. BALANÇO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Montantes expressos em Euros)				
	ATIVO	NOTAS	2012	2011
Não corrente				
Ativos fixos tangíveis		3, 6	27 661 617,68	26 633 414,80
Ativos intangíveis		3, 7	14 566 923,54	14 770 945,02
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		3, 8	19 105,50	19 105,50
Participações financeiras - outros métodos		3, 8	141 257,69	119 829,12
Ativos por impostos diferidos		3, 9	1 635 734,75	1 604 715,95
			44 024 639,16	43 148 010,39
Corrente				
Inventários		3, 10	397 715,75	394 418,84
Clientes		3, 11	4 311 493,42	4 241 810,73
Adiantamentos a fornecedores			30 162,48	17 048,16
Estado e outros entes públicos		3, 12	1 163 458,28	1 416 419,56
Outras contas a receber		3, 14	4 498 964,02	2 368 087,95
Diferimentos		3, 15	127 846,69	116 902,62
Caixa e depósitos bancários		4	446 132,23	357 549,63
			10 975 772,87	8 912 237,49
Total do activo			55 000 412,03	52 060 247,88
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado		16	5 719 810,00	5 719 810,00
Outros instrumentos de capital próprio			6 250 000,00	-
Resultados legais		16	1 410 437,11	1 410 437,11
Resultados transitados			997 947,49	3 949 269,40
Outras variações no capital próprio		17	2 493 058,47	2 397 457,73
Resultado líquido do período			334 811,24	(2 951 321,91)
Total do capital próprio			17 206 064,31	10 525 652,33
PASSIVO				
Não corrente				
Provisões		3, 18	742 193,31	866 944,35
Financiamentos obtidos		3, 19	15 415 060,47	14 294 212,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		3, 22	636 181,00	707 680,00
Passivos por impostos diferidos		3, 9	898 857,81	864 389,52
Outras contas a pagar		3, 21	2 300 000,00	2 300 000,00
			19 992 292,59	19 033 226,57
Corrente				
Fornecedores		3, 20	3 208 014,98	3 564 922,43
Adiantamentos de clientes			-	850,00
Estado e outros entes públicos		3, 12	1 020 007,62	977 159,60
Acionistas		3, 13	127 669,72	6 565 021,51
Financiamentos obtidos		3, 19	8 080 629,82	6 748 711,98
Outras contas a pagar		3, 21	4 453 593,04	4 437 897,79
Diferimentos		3, 15	912 139,95	206 805,67
			17 802 055,13	22 501 368,98
Total do passivo			37 794 347,72	41 534 595,55
Total do capital próprio e do passivo			55 000 412,03	52 060 247,88

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)
 Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimás
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luis Manuel Delicado Cabaço Martins
 Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



1. BALANCE SHEET

BALANCE SHEET FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2012 (Amounts in Euros)				
	ASSETS	NOTES	2012	2011
Non-Current				
Tangible fixed assets		3, 6	27 661 617,68	26 633 414,80
Intangible assets		3, 7	14 566 923,54	14 770 945,02
Investments - Equity method		3, 8	19 105,50	19 105,50
Investments - Other methods		3, 8	141 257,69	119 829,12
Deferred tax assets		3, 9	1 635 734,75	1 604 715,95
			44 024 639,16	43 148 010,39
Corrente				
Inventories		3, 10	397 715,75	394 418,84
Trade debtors		3, 11	4 311 493,42	4 241 810,73
Advances to suppliers			30 162,48	17 048,16
State and other public entities		3, 12	1 163 458,28	1 416 419,56
Other receivables		3, 14	4 498 964,02	2 368 087,95
Deferrals		3, 15	127 846,69	116 902,62
Cash and bank deposits		4	446 132,23	357 549,63
			10 975 772,87	8 912 237,49
Total assets			55 000 412,03	52 060 247,88
	EQUITY			
Share capital		16	5 719 810,00	5 719 810,00
Supplementary			6 250 000,00	-
Legal reserves		16	1 410 437,11	1 410 437,11
Retained earnings			997 947,49	3 949 269,40
Other variations in equity		17	2 493 058,47	2 397 457,73
Net result for the period			334 811,24	(2 951 321,91)
Total equity			17 206 064,31	10 525 652,33
	LIABILITIES			
Non-current				
Provisions		3, 18	742 193,31	866 944,35
Borrowings		3, 19	15 415 060,47	14 294 212,70
Liabilities for post-employment benefits		3, 22	636 181,00	707 680,00
Deferred tax liabilities		3, 9	898 857,81	864 389,52
Other payables		3, 21	2 300 000,00	2 300 000,00
			19 992 292,59	19 033 226,57
Current				
Trade creditors		3, 20	3 208 014,98	3 564 922,43
Advances from clients			-	850,00
State and other public entities		3, 12	1 020 007,62	977 159,60
Shareholders		3, 13	127 669,72	6 565 021,51
Borrowings		3, 19	8 080 629,82	6 748 711,98
Other payables		3, 21	4 453 593,04	4 437 897,79
Deferrals		3, 15	912 139,95	206 805,67
			17 802 055,13	22 501 368,98
Total liabilities			37 794 347,72	41 534 595,55
Total equity and liabilities			55 000 412,03	52 060 247,88

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2012

THE BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (President)
 António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimarães
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
 Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Serviços prestados	23	47 396 357,09	48 804 176,46
Subsídios à exploração	24	2 361 909,00	2 862 266,99
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	8	70 739,44	35 401,09
Trabalhos para a própria entidade	25	944 996,24	366 035,51
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(15 120 510,21)	(15 399 320,63)
Fornecimentos e serviços externos	26	(8 287 615,02)	(7 692 516,57)
Gastos com o pessoal	27	(22 994 827,32)	(24 002 538,53)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	3 000,00	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 14	(74 047,58)	(2 805 434,59)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(76 771,15)	(193 503,87)
Outros rendimentos e ganhos	28	1 268 356,24	1 393 114,11
Outros gastos e perdas	29	(508 037,73)	(668 486,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 983 549,00	2 699 193,57
 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	 6, 7	 (3 977 513,72)	 (5 957 911,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 006 035,28	(3 258 717,93)
 Juros e gastos similares suportados	 30	 (662 607,45)	 (710 041,69)
Resultado antes de impostos		343 427,83	(3 968 759,62)
 Imposto sobre o rendimento do período	 31	 (8 616,59)	 1 017 437,71
Resultado líquido do período		334 811,24	(2 951 321,71)
 Resultado por ação básico		0,29	-2,58

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)
 António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimarães
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
 Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



2. INCOME STATEMENT

PROFIT AND LOSS STATEMENT FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2012
 (Amounts in Euros)

REVENUES AND COSTS	NOTES	PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2012	
		2012	2011
Services rendered	23	47 396 357,09	48 804 176,46
Subsidies	24	2 361 909,00	2 862 266,99
Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated	8	70 739,44	35 401,09
Capitalization of own costs	25	944 996,24	366 035,51
Cost of goods sold	10	(15 120 510,21)	(15 399 320,63)
External services	26	(8 287 615,02)	(7 692 516,57)
Staff costs	27	(22 994 827,32)	(24 002 538,53)
Impairment of inventories (losses/reversals)	10	3 000,00	-
Impairment of receivables (losses/reversals)	11, 14	(74 047,58)	(2 805 434,59)
Provisions (increases/decreases)	18	(76 771,15)	(193 503,87)
Other operating revenues and gains	28	1 268 356,24	1 393 114,11
Other operating costs and losses	29	(508 037,73)	(668 486,40)
Profit before depreciations, financial costs and taxes		4 983 549,00	2 699 193,57
Costs/reversals of depreciations and amortizations	6, 7	(3 977 513,72)	(5 957 911,50)
Operating profit (before financial costs and taxes)		1 006 035,28	(3 258 717,93)
Interests and similar expenses	30	(662 607,45)	(710 041,69)
Profit before tax		343 427,83	(3 968 759,62)
Income tax for the period	31	(8 616,59)	1 017 437,71
Net profit for the period		334 811,24	(2 951 321,71)
Earnings per share		0,29	-2,58

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2012

THE BOARD OF DIRECTORS
 David Timothy Chisnall Evans (President)
 Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimarães
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
 Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT
 Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
EM 1 DE JANEIRO DE 2011		5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 930 426,66	1 420 624,68	1 018 842,74	(3 951 321,91)
Alterações no período								-
Subsídio ao investimento		-	-	-	-	1 329 024,56	-	1 329 024,56
Efeito fiscal sobre subsídios ao investimento		-	-	-	-	(352 191,51)	-	(352 191,51)
		-	-	-	-	976 833,05	-	976 833,05
Resultado líquido do período							(2 951 321,91)	(2 951 321,91)
Resultado integral							(2 951 321,91)	(2 951 321,91)
Operações com detentores de capital no período								
Distribuição de dividendos sobre o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2010							(1 000 000,00)	(1 000 000,00)
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2010		-	-	-	18 842,74	-	(18 842,74)	-
		-	-	-	18 842,74	-	(1 018 842,74)	(1 000 000,00)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	16 e 17	5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 949 269,40	2 397 457,73	(2 951 321,91)	10 525 652,33
EM 1 DE JANEIRO DE 2012		5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 949 269,40	2 397 457,73	(2 951 321,91)	10 525 652,33
Alterações no período								
Subsídio ao investimento	17	-	-	-	-	130 069,03	-	130 069,03
Efeito fiscal sobre subsídios ao investimento	17	-	-	-	-	(34 468,39)	-	(34 468,39)
		-	-	-	-	95 600,74	-	95 600,74
Resultado líquido do período							334 811,24	334 811,24
Resultado integral							334 811,24	334 811,24
Operações com detentores de capital no período								
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2011		-	-	-	(2 951 321,91)	-	2 951 321,91	-
Realização de prestações acessórias	16	-	6 250 000,00	-	-	-	-	6 250 000,00
		-	6 250 000,00	-	(2 951 321,91)	-	2 951 321,91	6 250 000,00
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	16 e 17	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	997 947,49	2 493 058,47	334 811,24	17 206 064,31

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimarães

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



3. EQUITY STATEMENT

EQUITY STATEMENT FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2012
(Montantes expressos em Euros)

	NOTES	SHARE CAPITAL	SUPPLEMENTARY	LEGAL RESERVES	RETAINED EARNINGS	OTHER VARIATION IN EQUITY	NET RESULT FOR THE PERIOD	TOTAL EQUITY
BALANCE AT 1 JANUARY 2011		5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 930 426,66	1 420 624,68	1 018 842,74	(3 951 321,91)
Movements in the year								
Investment subsidy		-	-	-	-	1 329 024,56	-	1 329 024,56
Fiscal effect on investment subsidy		-	-	-	-	(352 191,51)	-	(352 191,51)
		-	-	-	-	976 833,05	-	976 833,05
Profit/(loss) for the period							(2 951 321,91)	(2 951 321,91)
Comprehensive income							(2 951 321,91)	(2 951 321,91)
Transactions with shareholders								
Distribution of dividends from net profit for the period ended 31 December 2010							(1 000 000,00)	(1 000 000,00)
Application of the net profit for the period ended 31 December 2010		-	-	-	18 842,74	-	(18 842,74)	-
		-	-	-	18 842,74	-	(1 018 842,74)	(1 000 000,00)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2011	16 e 17	5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 949 269,40	2 397 457,73	(2 951 321,91)	10 525 652,33
BALANCE AT 1 JANUARY 2012		5 719 810,00	-	1 410 437,11	3 949 269,40	2 397 457,73	(2 951 321,91)	10 525 652,33
Movements in the year								
Investment subsidy	17	-	-	-	-	130 069,03	-	130 069,03
Fiscal effect on investment subsidy	17	-	-	-	-	(34 468,39)	-	(34 468,39)
		-	-	-	-	95 600,74	-	95 600,74
Profit/(loss) for the period							334 811,24	334 811,24
Comprehensive income							334 811,24	334 811,24
Transactions with shareholders								
Application of the net profit for the period ended 31 December 2011		-	-	-	(2 951 321,91)	-	2 951 321,91	-
Realization of supplementary	16	-	6 250 000,00	-	-	-	-	6 250 000,00
		-	6 250 000,00	-	(2 951 321,91)	-	2 951 321,91	6 250 000,00
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2012	16 e 17	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	997 947,49	2 493 058,47	334 811,24	17 206 064,31

The accompanying notes are an integral part of the statement of changes in equity for the period ended December 2012

THE BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (President)

Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimões

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaco Martins

Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		51 620 880,57	52 418 197,42
Pagamentos a fornecedores		(29 249 507,86)	(30 041 578,48)
Pagamentos ao pessoal		(23 211 687,77)	(23 716 954,77)
Caixa gerada pelas operações		(840 315,06)	(1 340 335,83)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(124 671,00)	84 217,00
Outros recebimentos/pagamentos		2 988 059,62	8 556 107,68
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais (1)		2 023 073,56	7 299 988,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 734 248,17)	(5 293 024,00)
		(3 734 248,17)	(5 293 024,00)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		115 638,18	50 000,00
		115 638,18	50 000,00
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento (2)		(3 618 609,99)	(5 243 024,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 200 000,00	4 900 000,00
		5 200 000,00	4 900 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 459 313,27)	(6 572 644,80)
Juros e custos similares		(561 312,26)	(426 740,50)
		(3 020 625,53)	(6 999 385,30)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento (3)		2 179 374,47	(2 099 385,30)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		583 838,04	(42 420,45)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		(137 705,81)	(95 285,36)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	446 132,23	(137 705,81)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)
 Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimarães
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
 Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



4. CASH FLOW STATEMENT

CASH FLOW STATEMENT FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2012
(Amounts in Euros)

	NOTES	2012	2011
Cash Flow from operating activities			
Received from customers		51 620 880,57	52 418 197,42
Payed to suppliers		(29 249 507,86)	(30 041 578,48)
Payed to staff		(23 211 687,77)	(23 716 954,77)
Cash generated from operations		(840 315,06)	(1 340 335,83)
Income tax paid/received		(124 671,00)	84 217,00
Other receivements/payments		2 988 059,62	8 556 107,68
Net cash flows from operating activities		2 023 073,56	7 299 988,85
Cash flow from investment activities			
Payments related to: Tangible fixed assets		(3 734 248,17)	(5 293 024,00)
		(3 734 248,17)	(5 293 024,00)
Received from: Investment related subsidies		115 638,18	50 000,00
		115 638,18	50 000,00
Net cash flow from investment activities		(3 618 609,99)	(5 243 024,00)
Cash flow from financing activities			
Received from: Borrowings		5 200 000,00	4 900 000,00
		5 200 000,00	4 900 000,00
Payments related to: Borrowings		(2 459 313,27)	(6 572 644,80)
Interests and similar expenses		(561 312,26)	(426 740,50)
		(3 020 625,53)	(6 999 385,30)
Net cash flow from financing activities		2 179 374,47	(2 099 385,30)
Cash variation and its equivalents		583 838,04	(42 420,45)
Foreign exchange effects equivalents		-	-
Cash and its equivalents in the beginning of the period		(137 705,81)	(95 285,36)
Cash and its equivalents and the end of the period	4	446 132,23	(137 705,81)

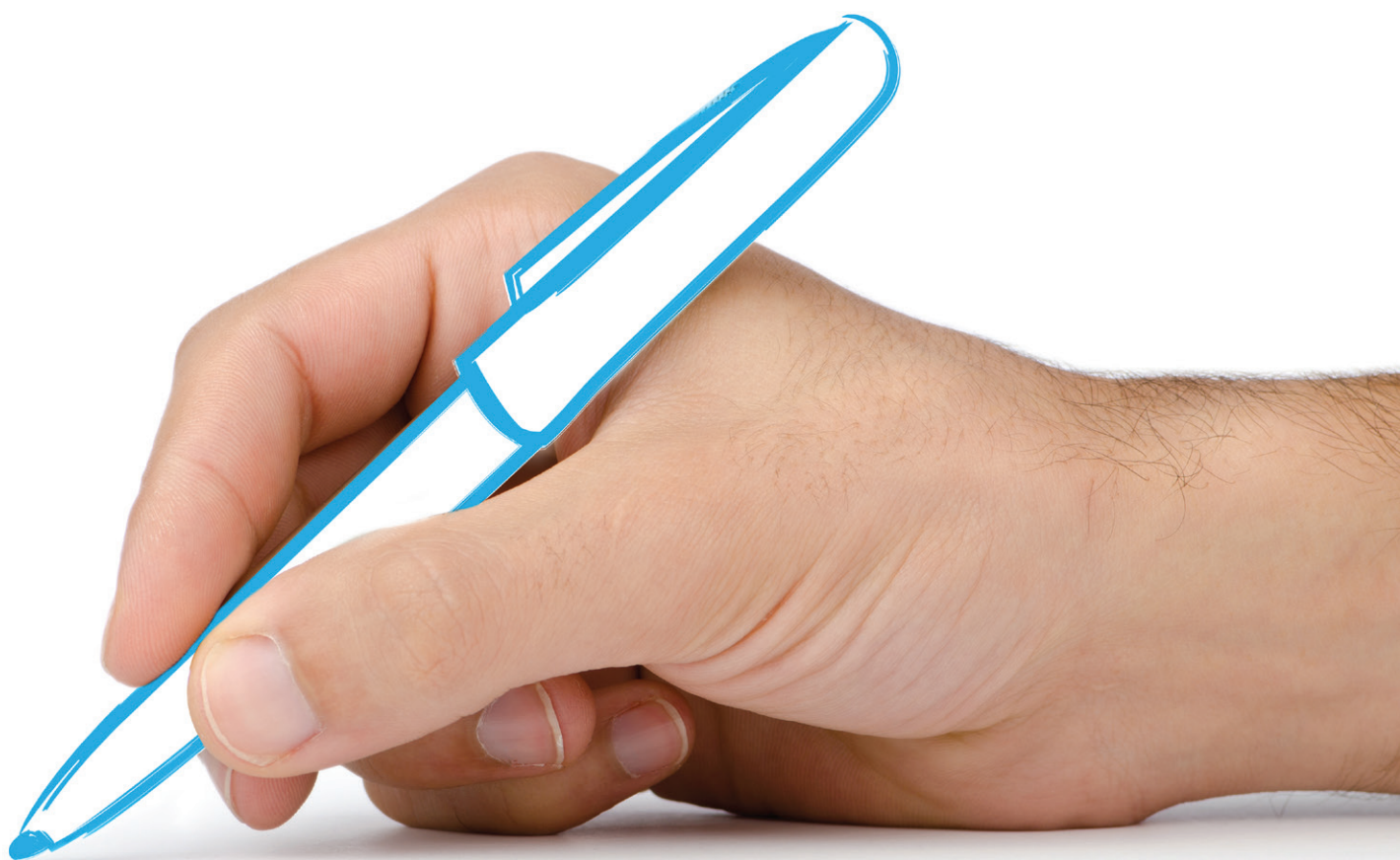
The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31 December 2012

THE BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (President)
 Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimãs
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
 Luís Manuel Delicado Cabaco Martins
 Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. INTRODUÇÃO

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, (referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objeto principal o transporte de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2013. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A TST preparou as suas demonstrações financeiras no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Dec-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.



3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

As cotações utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira são as indicadas pelo Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2012.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para os ativos fixos tangíveis mais significativos:

	ANOS
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25 anos
Equipamento básico	Entre 6 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 - Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

- (a) Goodwill (€13.290.166) resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1), entre o valor de aquisição e os justos valores dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão;
- (b) Obtenção do direito de utilização da marca "Arriva" por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006 (€2.300.000);
- (c) Programas de computador.

Os programas de computador são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.



Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. INVESTIMENTOS EM ENTIDADES ASSOCIADAS

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. CAPITAL

O capital corresponde ao capital realizado nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10. PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.



São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

3.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data do pagamento dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributários futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RGTGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto)/pagar da/à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

3.13. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente, legal ou construtiva resultante de eventuais passados; ii) para o qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.



As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações recebidas do Estado Português pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

3.17. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos

e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.18. RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (que não os vendidos a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa.

Os rendimentos relacionados com as receitas da venda de passes a utilizar no período seguinte são reconhecidos no mês em que os serviços são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

3.19. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (i.e. óleos). No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos, uma vez que a atividade da Empresa está centrada na prestação de serviços a terceiros.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

3.20. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as



expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.20.1 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

3.20.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

3.20.3 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações exige a realização de análise e avaliação cuidadas.

4. FLUXOS DE CAIXA

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	2012	2011
Numerário		
Caixa	60 942,89	88 794,72
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	385 189,34	268 754,91
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	446 132,23	357 549,63
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários (ver Nota 19)	-	(495 255,44)
Equivalentes de caixa (passivo)	-	(495 255,44)
	446 132,23	(137 705,81)

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não foram introduzidas alterações às políticas constantes das NCRF em vigor em 31 de dezembro de 2012, sendo os principais saldos e transações evidenciados nas demonstrações financeiras àquela data são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011.

5.2 ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

No período findo em 31 de dezembro de 2012 não se considerou necessário alterar de forma significativa as estimativas ou áreas que envolvem maior julgamento, com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



5.3 ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012, relacionadas com o período anterior.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Custo de Aquisição								
EM 1 DE JANEIRO DE 2011	2 977 898,98	6 205 308,80	47 682 925,15	386 009,83	504 913,82	2 814 693,76	6 521 195,39	67 092 945,73
Aquisições	-	35 467,00	699 052,19	73 048,68	106 440,97	45 972,86	4 759 034,44	5 719 016,14
Alienações	-	-	(124 845,67)	-	-	-	-	(124 845,67)
Transferências e abates	-	191 784,22	1 324 310,72	-	-	953 373,47	(3 889 156,10)	(1 419 687,69)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2 977 898,98	6 432 560,02	49 581 442,39	459 058,51	611 354,79	3 814 040,09	7 391 073,73	71 267 428,51
Aquisições	-	24 399,40	2 116 539,91	-	93 239,36	170 265,89	2 397 250,56	4 801 695,12
Alienações	-	-	(294 167,68)	-	-	-	-	(294 167,68)
Transferências e abates	-	291 969,57	3 339 986,93	-	(116 835,83)	49 290,33	(7 340 424,85)	(3 776 013,85)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2 977 898,98	6 748 928,99	54 743 801,55	459 058,51	587 758,32	4 033 596,31	2 447 899,44	71 998 942,10
Depreciações Acumuladas								
EM 1 DE JANEIRO DE 2011	-	2 965 166,27	35 193 638,59	349 906,00	344 723,22	1 428 008,16	-	40 281 442,24
Depreciações do exercício	-	311 574,61	4 916 904,68	35 817,39	88 090,47	392 868,07	-	5 745 255,22
Alienações	-	-	(124 845,67)	-	-	-	-	(124 845,67)
Transferências e abates	-	-	(1 265 824,11)	-	-	(2 013,58)	-	(1 267 837,69)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	-	3 276 740,88	38 719 873,49	385 723,03	432 813,66	1 818 862,65	-	44 634 013,71
Depreciações do exercício	-	304 564,41	2 926 116,85	33 148,80	100 893,62	408 768,56	-	3 773 492,24
Alienações	-	-	(294 167,68)	-	-	-	-	(294 167,68)
Transferências e abates	-	-	(3 540 273,25)	-	(123 317,93)	(112 422,67)	-	(3 776 013,85)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	-	3 581 305,29	37 811 549,41	418 871,83	410 389,35	2 115 208,54	-	44 337 324,42
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	2 977 898,98	3 155 819,14	10 861 568,90	73 335,48	178 541,13	1 995 177,44	7 391 073,73	26 633 414,80
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	2 977 898,98	3 167 623,70	16 932 252,14	40 186,68	177 368,97	1 918 387,77	2 447 899,44	27 661 617,68



Os valores da rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO

	2012	2011
Equipamento básico projeto bilhético sem contacto	-	4 794 283,28
Equipamento básico viaturas em preparação	1 715 367,97	1 893 846,25
Edifícios e outras construções	136 083,62	336 851,13
Projeto informação ao cliente em tempo real	158 903,34	158 903,34
Equipamento Administrativo	-	129 284,00
Projecto Gisfrota	32 618,10	2 344,05

Outros ativos fixos tangíveis

Vídeo vigilância	83 409,00	-
Substituição Instalação elétrica Sede	113 128,00	-
Inst. rede incêndios Sede	102 237,00	-
Projeto telemetria	18 500,00	-
Depósitos gasóleo	75 000,00	-
Outros	12 652,41	75 561,68
	2 447 899,44	7 391 073,73

As aquisições ocorridas no exercício de 2012 correspondem, fundamentalmente, à compra de autocarros para renovação da frota, no valor de €2.117 milhares.

As transferências de Ativos fixos tangíveis em curso para as rubricas de Ativos fixos tangíveis (contas firmes), ocorridas em 2012, referem-se essencialmente ao projeto de bilhética sem contato e preparação de viaturas usadas (autocarros).

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

	2012	2011
Valor bruto	1 916 573,66	3 768 578,35
Depreciações acumuladas	(1 615 589,60)	(2 988 099,97)
	300 984,06	780 478,38

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	GOODWILL	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Custo de aquisição					
EM 1 DE JANEIRO DE 2011	23 983 526,93	15 000,00	51 382,03	2 300 000,00	26 349 908,96
Transferências e abates	-	-	-	151 850,00	151 850,00
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	23 983 526,93	15 000,00	51 382,03	2 451 850,00	26 501 758,96
Transferências e abates	-	-	-	(44 831,03)	(44 831,03)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	23 983 526,93	15 000,00	51 382,03	2 407 018,97	26 456 927,93
Amortizações acumuladas					
EM 1 DE JANEIRO DE 2011	10 693 360,83	15 000,00	42 747,23	767 049,60	11 518 157,66
Amortizações do exercício	-	-	8 634,80	204 021,48	212 656,28
Transferências e abates	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	10 693 360,83	15 000,00	51 382,03	971 071,08	11 730 813,94
Amortizações do exercício	-	-	-	204 021,48	204 021,48
Transferências e abates	-	-	-	(44 831,03)	(44 831,03)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	10 693 360,83	15 000,00	51 382,03	1 130 261,53	11 890 004,39
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	13 290 166,10	-	-	1 480 778,92	14 770 945,02
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	13 290 166,10	-	-	1 276 757,44	14 566 923,54

TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL

O teste de imparidade ao Goodwill foi efetuado por referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011. Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócios, com base no plano de negócios preliminar da Gestão para o período de 2013 a 2017, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2013 a 2017 a Empresa utilizou o plano de negócios preliminar a 5 anos;
- Considerada uma vida finita de 30 anos nos cash flows descontados, por se considerar ser esse o período médio dos contratos de concessão estabelecidos para as empresas do Grupo onde a TST está inserida;
- A taxa de desconto utilizada foi de 8% (2011: 11%).

O resultado obtido permitiu demonstrar que o goodwill em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (€13.290 milhares) não estava em imparidade.



8. INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

2012					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE (1)	Lisboa	757 721,25	277 889,23	14,28	68 547,43
Salvador Caetano, SA	Porto	181 788,21	(47 706,08)	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	174 018,11	149,76	-	906,90
Ageneal	Almada	n.d.	n.d.	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	112 219,55	88 267,41	-	1 000,00
					<u>141 257,69</u>
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	n.d.	n.d.	20,00	19 105,50
					<u>160 363,19</u>
2011					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1 746 674,85	495 176, 04	14,28	47 118,86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	173 868,35	1 391,75	-	906,90
Ageneal	Almada	229 494,29	(35 228,78)	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	n.d.	n.d.	-	1 000,00
					<u>119 829,12</u>
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	98 810,40	(63 023,43)	20,00	19 105,50
n.d. não disponível					<u>138 934,62</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa reconheceu como ganhos na demonstração dos resultados, na rubrica "ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", a quota-parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, no montante de € 70.739 (2011: €50.411).

(1) Deliberado em Assembleia Geral da Otlis, ACE que a quota-parte do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, imputável aos membros do Agrupamento, fosse retido para constituição de Reservas, com vista ao reforço da estrutura financeira do Agrupamento, cabendo à Empresa uma comparticipação de €21.428,57, registado nesta rubrica.



9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2012		2011	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO
Perdas por imparidade e provisões	1 476 928,33	391 386,01	1 597 576,19	423 357,69
Indemnizações compensatórias	2 671 320,20	707 899,85	2 671 320,20	707 899,85
Prejuízos fiscais do exercício de 2010	459 614,46	114 903,62	459 614,46	114 903,62
Prejuízos fiscais do exercício de 2011	1 434 219,17	358 554,79	1 434 219,17	358 554,79
Prejuízos fiscais do exercício de 2012	251 961,93	62 990,48	-	-
	6 294 044,09	1 635 734,75	6 162 730,02	1 604 715,95

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2012		2011	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO
Subsídio ao investimento	3 391 916,28	898 857,81	3 261 847,25	864 389,52
	3 391 916,28	898 857,81	3 261 847,25	864 389,52



O impacto dos movimentos, em balanço, nas rubricas de impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como se segue:

IMPACTO DOS MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMPOSTOS DIFERIDOS

	2012		2011	
	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
EM 1 DE JANEIRO	1 604 715,95	(864 389,52)	520 304,16	(535 536,07)
Movimentos do exercício				
Impacto na demonstração de resultados				
Perdas de imparidade e provisões	(31 971,68)	-	610 953,38	-
Prejuízos fiscais	62 990,48	-	-	-
Ajustamento de amortizações	-	-	473 458,41	23 338,05
	31 018,80	-	1 084 411,79	23 338,05
Impacto em outras rubricas de capital próprio				
Subsídios ao investimento (ver Notas 2. 4 e 16)	-	(34 468,29)	-	(352 191,51)
	-	(34 468,29)	-	(352 191,51)
EM 31 DE DEZEMBRO	1 635 734,75	(898 857,81)	1 604 715,95	(864 389,53)

10. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Bens e materiais de consumo	404 715,75	404 418,84
Imparidade de inventários	(7 000,00)	(10 000,00)
	397 715,75	394 418,84

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 das perdas por imparidade de inventários apresentam-se como segue:

	2012	2011
EM 1 DE JANEIRO	10 000,00	10 000,00
Movimentos do período	-	-
Reversões	(3 000,00)	-
EM 31 DE DEZEMBRO	7 000,00	10 000,00

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

BENS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2012	2011
Saldo inicial	404 418,84	417 009,99
Compras	15 129 926,42	15 394 122,91
Regularizações	(9 119,30)	(7 393,43)
Saldo final	(404 715,75)	(404 418,84)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15 120 510,21	15 399 320,63



11. CLIENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2012		
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LIQUIDO
Dividas correntes			
Clientes gerais	4 311 493,42	-	4 311 493,42
Clientes em imparidade	156 479,52	(156 479,52)	-
	4 467 972,94	(156 479,52)	4 311 493,42

	2011		
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LIQUIDO
Dívidas correntes			
Clientes gerais	4 241 810,73	-	4 241 810,73
Clientes em imparidade	134 189,02	(134 189,02)	-
	4 375 999,75	(134 189,02)	4 241 810,73

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

	2012	2011
A 1 DE JANEIRO	134 189,02	154 766,11
Movimentos do período		
Efeito na demonstração dos resultados		
Reforços	25 506,50	89 118,39
Reversões	(3 216,00)	(6 234,00)
	22 290,50	82 884,39
Efeito em balanço		
Utilizações	-	(103 461,48)
	22 290,50	(20 577,09)
A 31 DE DEZEMBRO	156 479,52	134 189,02

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2012	2011
Ativos correntes		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")		
A recuperar	419 723,02	508 109,22
Reembolsos pedidos	743 735,26	908 310,34
	1 163 458,28	1 416 419,56
Passivos correntes		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	241 920,10	212 574,92
Contribuições para a Segurança Social	739 187,52	749 983,57
Outros impostos	38 900,00	14 601,11
	1 020 007,62	977 159,60

13. ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor em dívida a acionistas e empresas do Grupo decompõe-se como segue:

	2012	2011
Acionistas		
Passivo corrente		
Atribuições de dividendos	-	6 250 000,00
Outros	127 669,72	315 021,51
	127 669,72	6 565 021,51

Por deliberação da Assembleia Geral de 22 de Outubro de 2012, os dividendos atribuídos e ainda não pagos àquela data, no valor de €6.250.000, foram regularizadas por compensação de igual montante de prestações acessórias a realizar pela acionista única (ver Nota 16).

O valor a pagar na rubrica "Outros", no passivo corrente, inclui um montante de € 39.635 de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (Tribulações autónomas) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a entregar à Arriva Investimentos, SGPS, por via da aplicação do RGTS (ver Nota 3.12).



14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	2012			
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	104 733,91	-	-	104 733,91
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	4 841 601,00	-	(2 671 320,20)	2 170 281,00
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	191 574,41	-	-	191 574,41
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	998 103,42	-	(434 090,53)	564 012,89
Subsídio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	191 628,00	-	-	191 628,00
Seguradoras (5)	101 055,69	-	-	101 055,69
Outros (6)	1 571 896,12	-	(396 218,00)	1 175 678,12
	7 895 858,64	-	(3 501 628,53)	4 394 230,11
	8 000 592,55	-	(3 501 628,53)	4 498 964,02
	2011			
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	153 002,13	-	-	153 002,13
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	2 671 320,20	-	(2 671 320,20)	-
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 (2)	469 612,47	-	-	469 612,47
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	1 286 159,97	-	(434 090,53)	852 069,44
Subsídio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	190 946,79	-	-	190 946,79
Seguradoras (5)	115 890,00	-	-	115 890,00
Outros (6)	931 030,84	-	(344 463,72)	586 567,12
	5 664 960,27	-	(3 449 874,45)	2 215 085,82
	5 817 962,40	-	(3 449 874,45)	2 368 087,95

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Dado o facto de o Governo pretender introduzir alterações à actual metodologia, não se encontrava definido à data do Balanço o montante a receber do Estado pela compensação referida por serviços prestados naqueles exercícios. Para efeitos de comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras, não estando em causa a continuação do apoio financeiro a receber do Estado pela prestação do serviço público de transporte, foi decidido registar em 2012 e 2011 os valores estimados do subsídio a receber do Estado, com base no modelo actual. Adicionalmente, em 2011, por falta de confirmação, formal ou informal, por parte da tutela sobre as indemnizações compensatórias a pagar aos operadores privados, a Administração da Empresa, por prudência, decidiu constituir imparidade pelo valor estimado a receber do Estado naquele exercício.

(2) O valor de € 191.574 é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto efetuado nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes e Social+ destinado a agregados familiares com rendimentos reduzidos.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa, referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) Na rubrica Subsídio PAII estão registados os valores a receber do Estado, no âmbito do Programa de Apoio Integrado a Idosos.

(5) O montante de € 101.055 registado na rubrica de Seguradoras, reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos custos são suportados por Seguradoras.

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui (i) a prestação de serviços de publicidade nos nossos autocarros, no valor de € 311.500, os quais se encontram, de acordo com a NCRF 12, em imparidade, (ii) € 78.971 a receber da Volvo Truck Espana e (iii) valores a receber de agentes, no montante de € 757.231, referentes à venda de passes realizada na última semana de 2012 e disponíveis para uso no período seguinte. Dado que os passes vendidos estão disponíveis apenas para uso no período seguinte, o rendimento associado aos mesmos foi diferido em balanço em 31 de dezembro de 2012 (ver Nota 15).



A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	2012	2011
Em 1 de Janeiro	3 449 871,45	727 321,25
Movimentos do período		
Reforços	51 757,08	2 722 550,20
Em 31 de Dezembro	3 501 628,53	3 449 871,45

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas	72 510,27	71 496,64
Seguros pagos	17 582,79	3 920,80
Outros gastos a reconhecer	37 753,63	41 485,18
	127 846,69	116 902,62
Rendimentos a reconhecer		
Titulos TST	909 879,55	205 550,95
Outros rendimentos a reconhecer	2 260,40	1 254,72
	912 139,95	206 805,67

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito essencialmente a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte. Parte da receita com a venda de passes sociais vendidos nos últimos dias de dezembro de 2012, no montante de €757.231, foi recebida apenas no período seguinte (ver Nota 14).

16. CAPITAL E RESERVAS LEGAIS

CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Entidade	%	VALOR
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5 719 810,00
	100%	5 719 810,00

RESERVAS LEGAIS

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais (€1.410.437) já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

A Assembleia Geral realizada em 22 de outubro de 2012, deliberou que a acionista única efetuasse prestações acessórias, no montante de €6.250.000. Foi ainda decidido que a obrigação de entrega deste montante fosse sanada por compensação com o valor a pagar pela Empresa à acionista, de igual montante, correspondente aos dividendos atribuídos e não pagos àquela data (ver Nota 13).



17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo e relacionados com ativos fixos tangíveis:

SUBSÍDIO	2012				SUBSÍDIO POR RECONHECER
	MONTANTE TOTAL	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO (VER NOTA 28)	
Subsídios relacionados com ativos:					
Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	54 749,98	115 452,46
Para aquisição de equipamento de bilhética	2 585 513,76	2 585 513,76	-	26 932,45	2 558 581,31
Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	1 065 570,00	-	147 676,48	717 882,51
Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-
	4 357 666,23	4 357 666,23	-	229 358,91	3 391 916,28
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(898 857,81)
					2 493 058,47
SUBSÍDIO	2011				SUBSÍDIO POR RECONHECER
	MONTANTE TOTAL	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO (ver nota 28)	
Subsídios relacionados com ativos:					
Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	74 333,00	170 202,44
Para aquisição de equipamento de bilhética	2 332 174, 32	2 332 174, 32	-	-	2 332 174, 32
Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	959 481,50	106 088,50	135 752,95	759 470,49
Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-
	4 104 326,79	3 998 238,29	106 088,50	210 085,95	3 261 847,25
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(864 389,52)
					2 397 457,73
Variação do ano					130 069,03
Subsídio					(34 468,29)
Efeito do imposto (ver Nota 9)					95 600,74



18. PROVISÕES

A evolução das provisões para os períodos apresentados, é como segue:

	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
EM 1 DE JANEIRO DE 2011	19 810,91	653 629,57	673 440,48
Movimentos do período			
Impacto na demonstração dos resultados			
Aumentos	15 000,00	273 500,00	288 500,00
Reversões	(4 810,91)	(90 185,22)	(94 996,13)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	30 000,00	836 944,35	866 944,35
EM 1 DE JANEIRO DE 2012	30 000,00	836 944,35	866 944,35
Movimentos do período			
Impacto na demonstração dos resultados			
Aumento	15 000,00	300 000,00	315 000,00
Reversões	(30 000,00)	(361 771,15)	(391 771,15)
	15 000,00	(61 771,15)	(76 771,15)
Utilizações	-	(47 979,89)	(47 979,89)
	(15 000,00)	(109 751,04)	(124 751,04)
Em 31 de dezembro de 2012	15 000,00	727 193,31	742 193,31

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

	2012	2011
Não corrente		
Empréstimos bancários	332 886,49	508 553,54
Locações financeiras	115 717,08	546 402,26
Outros financiamentos - empresas do grupo	14 966 456,90	13 239 256,90
	15 415 060,47	14 294 212,70
Corrente		
Empréstimos bancários	180 000,00	180 000,00
Contas caucionadas	-	-
Descobertos bancários (ver Nota 4)	-	495 255,44
Locações financeiras	427 829,82	686 356,54
Outros financiamentos - empresas do grupo	7 472 800,00	5 387 100,00
	8 080 629,82	6 748 711,98

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	2012	2011
Não corrente		
1 a 2 anos	2 568 517,08	2 082 810,75
2 a 3 anos	2 425 686,49	1 769 191,51
3 a 4 anos	2 272 800,00	1 621 353,54
4 a 5 anos	2 272 800,00	1 472 800,00
mais de 5 anos	5 875 256,90	7 348 056,90
	15 415 060,47	14 294 212,70

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

O valor atual do financiamento obtido com contratos de locação financeira decompõe-se como segue:

	2012	2011
Locações Financeiras		
Até 1 ano	427 829,82	686 356,54
Entre 1 e 5 anos	115 717,08	546 402,26
Valor atual do passivo das locações financeiras	543 546,90	1 232 758,80

20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Fornecedores gerais	3 100 146,99	3 481 740,38
Fornecedores grupo (ver nota 35.2)	39 811,01	39 447,16
Fornecedores - facturas em receção e conferência	68 056,98	47 734,89
	3 208 014,98	3 564 922,43



21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe das rubricas de Outras contas a pagar é como segue:

		2012			2011		
		CORRENTE	NÃO CORRENTE (VER NOTAS 35)	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE (VER NOTAS 35)	TOTAL
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	500 331,43	-	500 331,43	429 763,26	-	429 763,26
Fornecedores grupo (ver Nota 3.3)		-	2 300 000,00	2 300 000,00	-	2 300 000,00	2 300 000,00
		500 331,43	2 300 000,00	2 800 331,43	429 763,26	2 300 000,00	2 729 763,26
Credores por acréscimos de gastos							
Remunerações a pagar	ii)	3 121 885,88	-	3 121 885,88	3 167 264,47	-	3 167 264,47
Outras contas a pagar	iii)	189 139,94	-	189 139,94	205 260,36	-	205 260,36
		3 311 025,82	-	3 311 025,82	3 372 524,83	-	3 372 524,83
Credores diversos	iv)	642 235,79	-	642 235,79	635 609,70	-	635 609,70
Outras contas a pagar		4 437 593,04	2 300 000,00	6 753 593,04	4 437 897,79	2 300 000,00	6 737 897,79

i) Fornecedores gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.

ii) Remunerações a pagar - refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no período seguinte.

iii) Outras contas a pagar - credores diversos por acréscimos de gastos.

iv) Credores diversos - compreende fundamentalmente valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas.

22. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2012	2011
Tábua de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de desconto	3,25%	4%
Taxa de crescimento das pensões	1,80%	2%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	
Obrigações no balanço	2012	2011
de pensões	636 181,00	707 680,00
Gastos na demonstração dos resultados		
de pensões (ver Nota 27)	26 685,80	52 630,83



23. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2012	2011
Serviços regulares de transporte de passageiros		
Bilhetes	14 393 586,01	15 118 144,07
Passes sociais	26 453 180,44	26 586 874,84
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	6 407 333,14	6 939 752,67
Outros	142 257,50	159 404,88
	47 396 357,09	48 804 176,46

24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica compreende fundamentalmente subsídios concedidos (i) pelo Estado, a título de indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, no montante de € 2.170.281 (2011: € 2.671.320) (ver Nota 14) e (ii) pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social como participação nos encargos decorrentes da eliminação das restrições horárias nos passes da terceira idade (PAII), no valor de € 191.628 (2011: € 190.947).

25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transportes de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2012 o montante desta rubrica ascende a € 944.996 (2011: € 366.036).

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2012	2011
Subcontratos (i)	5 792,42	28 651,64
Serviços especializados		
Conservação e reparação	3 016 050,77	2 391 592,00
Trabalhos especializados (ii)	454 648,61	486 328,34
Comissões	340 063,30	358 935,55
Vigilância e segurança	565 805,83	486 396,70
Publicidade e propaganda	126 693,17	118 196,82
Honorários	40 084,59	37 734,82
	4 543 346,27	3 879 184,09
Materiais		
Energia e fluidos	345 945,16	393 318,10
Deslocações, estadas e transportes	110 164,90	102 458,75
Serviços diversos		
Rendas e alugueres (iii)	1 257 901,08	1 254 748,29
Portagens	716 046,14	691 461,47
Seguros	491 618,80	475 374,78
Limpeza, higiene e conforto	225 690,35	233 140,19
Comunicação	213 194,54	222 352,26
	2 904 450,91	2 877 076,99
Outros	377 915,36	411 827,00
	8 287 615,02	7 692 516,57

i) Subcontratos: referem-se ao afretamento de autocarros para efetivação de serviços de aluguer:

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

A variação ocorrida na rubrica de Fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de dezembro de 2012 face ao período homólogo do ano anterior deve-se, fundamentalmente, aos gastos incorridos em 2012 com a preparação de viaturas usadas adquiridas para renovação da frota (ver Nota 6 e 25).



27. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2012 e 2011 foram como segue:

	2012	2011
Remunerações		
Administração	428 348,87	455 705,39
Pessoal	18 083 032,88	18 899 261,60
	18 511 381,75	19 354 966,99
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	4 137 813,27	4 236 017,83
Pensões (ver Nota 22)	26 685,80	52 630,83
Gastos de ação social	78 834,84	91 120,85
Outros	240 111,66	267 802,03
	4 483 445,57	4 647 571,54
	22 994 827,32	24 002 538,53

O número médio de empregados da Empresa em 2012 foi de 1.130 (2011: 1.155)

28. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	341 698,99	521 183,19
Sinistros com viaturas	449 692,27	472 141,69
Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 17)	229 358,91	210 085,95
Ganhos em alienação de ativos tangíveis	9 549,18	7 000,00
Descontos de pronto pagamento	94 274,81	106 785,25
Outros rendimentos	143 782,08	75 918,03
	1 268 356,24	1 393 114,11

29. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de Outros gastos operacionais é apresentado como segue:

	2012	2011
Sinistros com viaturas	234 686,31	413 062,26
Correções relativas a exercícios anteriores	14 558,42	23 431,77
Dívidas incobráveis	2 552,60	3 976,23
Impostos e taxas	106 554,43	68 606,34
Multas fiscais, não fiscais e outras penalidades	11 714,45	24 149,60
Perdas em inventários	12 986,66	10 363,12
Outros gastos	124 984,86	124 897,08
	508 037,73	668 486,40

30. JUROS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2012 e 2011 decompõem-se como segue:

	2012	2011
Juros suportados de		
Financiamentos bancários	91 561,42	70 386,24
Locações financeiras	18 292,74	52 933,76
Financiamentos de empresas do grupo	528 185,97	503 382,50
Outros gastos similares	24 567,32	83 339,19
	662 607,45	710 041,69

A rubrica de Financiamentos de empresas do Grupo inclui juros pagos no montante de €467.285 (2011: €444.633) (ver Nota 35.2), imposto de selo e despesas associadas aos financiamentos concedidos pelo acionista, no valor de €60.901 (2011: €58.750).

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.



Ainda de acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até ao ano de 2009, inclusive, poderão ser deduzidos a lucros tributários que venham a ser apurados até ao sexto ano seguinte. Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2010 e 2011 poderão ser deduzidos a lucros tributáveis apurados até ao quarto ano seguinte, sendo que o prejuízo fiscal apurado no exercício de 2012 poderá ser deduzido até 2017. A partir do ano de 2012, os prejuízos fiscais reportados, incluindo os gerados em anos anteriores, poderão ser deduzidos até ao limite máximo de 75% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 decompõe-se como segue:

	2012	2011
Capital próprio		
Imposto diferido (ver Nota 9)	34 468,29	352 191,51
	34 468,29	352 191,51
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido (ver Nota 9)	(31 018,80)	(1 107 749,84)
Imposto Corrente (ver Nota 12)	39 635,39	90 312,13
	8 616,59	(1 017 437,71)

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	2012	2011
Taxa nominal de imposto		
Até € 12.500 de matéria coletável	25,00%	12,50%
Superior a € 12.500	25,00%	25,00%
Derrama sobre o lucro tributável	1,50%	1,50%

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa apresentava os seguintes prejuízos fiscais passíveis de dedução a lucros tributáveis futuros:

ANO	VALOR	ANO LIMITE PARA A SUA DEDUÇÃO
2010	459 614,46	2014
2011	3 983 085,08	2015
2012	2 821 508,61 (*)	2017
	7 264 208,15	

(*) valor estimado.

A Empresa reconheceu apenas ativos por impostos diferidos sobre uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados nos exercícios de 2011 e 2012 (ver Nota 9), por estimar que os restantes prejuízos fiscais não serão passíveis de utilização dentro do prazo máximo permitido para a sua dedução.

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é como segue:

	2012	2011
Resultado antes de Imposto	343 427,83	(3 968 759,62)
Taxa nominal de Imposto	25,0%	25,0%
Imposto sobre o rendimento à taxa nominal	85 856,96	(992 189,91)
Diferenças permanentes:	(473 288,58)	119 212,24
Diferenças temporárias:	(120 647,86)	2 457 622,46
Crédito fiscal (majoração do custo de aquisição de combustível(*))	(2 571 000,00)	(2 591 160,16)
Lucro tributável/prejuízo fiscal	(2 821 508,61)	(3 983 085,08)
Tributação autónoma	39 635,39	90 312,13
Imposto corrente	39 635,39	90 312,13
Imposto diferido	(31 018,80)	(1 107 749,84)
Gasto de imposto no período	8 616,59	(1 017 437,71)
Taxa efetiva de imposto (efeito financeiro)	11,5%	-2,3%
Taxa efetiva de imposto (efeito económico)	2,5%	25,6%

(*) Inclui o efeito da majoração dos benefícios fiscais relacionados com a criação líquida de emprego (€139.509) (2011: €117.013) e dos gastos suportados com a aquisição de combustíveis (€671.477) (2011: €647.790) para abastecimento de veículos afetos ao transporte público de passageiros (medida decorrente do acordo ANTROP-Governo para 2010, prevista no Orçamento de Estado para 2010, na parte consagrada ao Estatuto dos Benefícios Fiscais no seu Art.º 70º - Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias).

32. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	2012	2011	
Viaturas ligeiras	225 783,51	344 565,34	
	<u>225 783,51</u>	<u>344 565,34</u>	
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
viaturas ligeiras de passageiro	126 130,28	99 653,23	225 783,51



33. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas:

GARANTIAS

Beneficiário	Objeto	2012	2011
Tribunal Trabalho de Lisboa	Processo judicial	27 561,81	27 561,81
Tribunal Trabalho de Setubal	Processo judicial	11 700,08	11 700,08
Tribunal Trabalho de Setubal	Processo judicial	3 750,00	-
Tribunal Trabalho do Barreiro	Processo judicial	14 273,20	14 273,00
Tribunal Trabalho de Almada		-	11 813,00
Câmara Municipal de Almada	Prestação serviços aluguer	3 014,85	7 844,85
Serviços Municipalizados de Seixal	Contrato consumo de água	1 643,79	2 528,91
Serviços Municipalizados de Seixal	Contrato consumo de água	885,12	-
Serviços Municipalizados de Almada	Contrato consumo de água	1 710,88	1 710,88
EP - Estradas de Portugal	Prestação serviços aluguer	-	3 084,90
		64 539,73	80 517,43

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos são registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos no exercício foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

Em 2012, a TST foi distinguida pelos resultados do seu Eco Projeto, na categoria Best Project, no âmbito dos Arriva Mainland Europe Excellence Awards. Esta distinção releva a importância que a TST tem dado às questões da eficiência energética da sua frota, bem como a redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) para a atmosfera.

35. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A Arriva é detida pela Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).



35.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 27.

35.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	2012	2011
Vendas de bens, produtos e serviços		
Prestação de Serviços		
Grupo Acionista		
Arriva PLC	9 532,65	-
Arriva Portugal Transportes, Lda.	430,29	8 272,40
Transfesa (Portugal) - Transp.Ferr.Esp., Lda	6 885,00	-
Esfera Bus, SLU	34 109,43	-
	50 957,37	8 272,40
Associadas		
Otlis, ACE	34 174,00	36 428,00
	34 174,00	36 428,00
Compras de bens de consumo e ativos fixos tangíveis		
Compra de bens e produtos		
Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	1 565,52	-
Arriva Busfleet	353 164,00	(7 370,23)
Arriva Technik	-	15 596,26
DB Bahn - Weser-Ems Busverkehr GMBH	-	36 200,00
DB Bahn - Bvr Busverkehr Rheinland GMBH	-	54 120,00
DB Bahn - Bvo Busverkehr Ostwesfalen GMBH	-	17 150,00
DB Bahn - Rvn Regionalverkehr Niederrhein	-	29 356,00
DB Bahn - Regional Bue Stuttgart GmbH RBS	225 828,00	-
SBG SudbadenBus GmbH	55 000,00	-
Netosec, SLU	339,01	-
	635 896,53	145 052,03
Associadas		
Otlis, ACE	440 097,91	2 740 948,63
	440 097,91	2 740 948,63
Compra de serviços		
Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	212,26	689,96
Arriva PLC	19 267,32	19 496,26
	19 479,58	20 186,22
Juros de Empréstimos		
DB Mobility Logistics AG (ver Nota 30)	406 140,38	383 186,13
Arriva Transportes da Margem Sul, Lda (ver Nota 30)	61 144,85	61 446,40
	467 285,23	444 632,53
	486 764,81	464 818,75
Associadas		
Rodinform, SA	46 242,00	42 677,00
	46 242,00	42 677,00

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2012	2011
Saldos devedores	-	-
Grupo Acionista		
Arriva Busfleet	-	7 370,23
	-	7 370,23
Associadas		
Otlis, ACE	7 388,27	12 058,92
	7 388,27	12 058,92
Saldos credores		
Grupo acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	725,00
Arriva PLC (ver Nota 21)	2 300 000,09	2 300 000,09
Arriva International	-	120 690,88
Arriva Transportes da Margem Sul, Lda	1 773 856,81	8 023 856,81
DB Mobility Logistics AG	20 753 535,05	16 956 997,42
SBG SudbadenBus GmbH	55 000,00	-
	24 882 391,95	27 402 270,20
Associadas		
Rodinform, SA	20 235,96	10 590,30
Otlis, ACE	39 811,01	38 722,16
	60 046,97	49 312,46

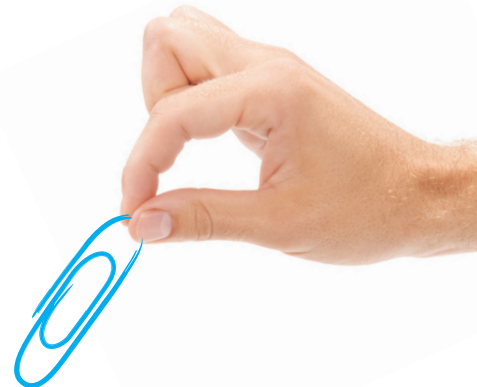
36. EVENTOS SUBSEQUENTES
RELEVANTES APÓS O TERMO
DO PERÍODO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012.



05

ANEXOS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA, as quais compreendem o Balanco em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 55.000.412 euros e um total de capital próprio de 17.206.064 euros, incluindo um resultado líquido de 334.811 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

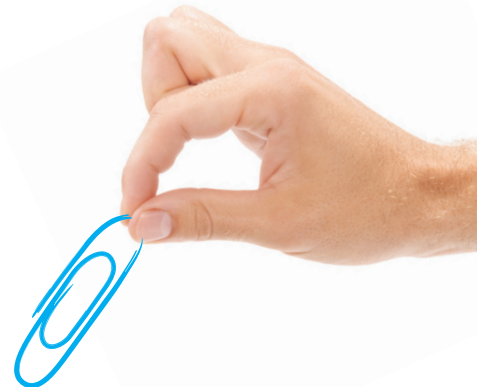
Âmbito

4 Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

**Reservas**

7 Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2012 incluem o valor despendido para a obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, no montante, líquido de amortizações, de 1.227 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 1.380 milhares de euros). Dadas (i) as alterações registadas, em 2010, ao nível da estrutura acionista do Grupo, (ii) o facto de não termos obtido informação suficiente que nos permita aferir se o valor recuperável é superior à quantia escriturada desse ativo, e (iii) não ter sido apurado o efeito do desconto para o momento presente do valor a pagar à Arriva plc, que será liquidado apenas no final do contrato, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor deste ativo intangível e do valor a pagar a pagar à Arriva plc, no montante de 2.300 milhares de euros, registado no passivo não corrente (31 de dezembro de 2011: 2.300 milhares de euros).

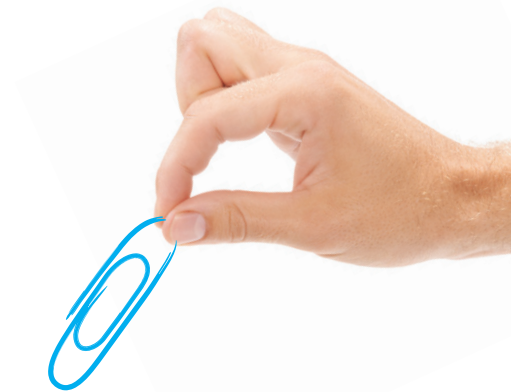
8 O saldo da rubrica de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2012 inclui o valor estimado de indemnizações compensatórias a receber do Estado pelo serviço público de transporte rodoviário de passageiros prestado pela Empresa em 2011 e 2012, no montante global bruto de 4.842 milhares de euros, deduzido de uma perda por imparidade, no valor de 2.671 milhares de euros, que corresponde ao valor de indemnizações compensatórias do exercício de 2011 que, por razões de prudência, a Administração decidiu reconhecer.

Dado o ambiente económico e financeiro incerto e o facto de não haver publicamente confirmação formal do compromisso do Estado de pagar as indemnizações compensatórias dos anos de 2011 e 2012, não estamos em condições de concluir a esta data sobre (i) a exatidão dos valores estimados de indemnizações compensatórias a receber naqueles exercícios, (ii) a probabilidade de virem a ser recebidos aqueles montantes e (iii) o impacto que a clarificação da presente situação terá em termos da recuperação dos ativos por impostos diferidos, registados em balanço, que em 31 de dezembro de 2012 ascendem a 1.636 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 1.605 milhares de euros).

9 Em 31 de dezembro de 2012, os ativos intangíveis incluem um valor de 13.290 milhares de euros de Goodwill resultante da fusão, em 2001, das entidades referidas na Nota 1 do Anexo. A Empresa realiza testes de imparidade, numa base anual, para avaliar se o valor recuperável do Goodwill é superior à sua quantia escriturada. Contudo, dados os eventuais efeitos na definição da estratégia da Empresa e nas projeções económicas, financeiras e de investimentos a realizar no médio prazo, que podem resultar (i) da clarificação da situação relativa às indemnizações compensatórias referidas no parágrafo 8 acima e (ii) da remodelação do atual modelo de oferta de títulos de transportes integrados e reformulação profunda na política de transportes públicos que o Governo pretende introduzir, não nos é possível concluir a esta data, com o necessário grau de exatidão, quanto à recuperabilidade do Goodwill registado no ativo em 31 de dezembro de 2012 ou à eventual necessidade de registo de perdas por imparidade.

Opinião

10 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 a 9 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa



do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

28 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por

A handwritten signature in black ink, reading "Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão". The signature is written in a cursive, flowing style.

Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.



relatório&contas

annual report

TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.

Rua Marcos de Portugal
Laranjeiro
2810-260 Amada
TEL. 211 126 200
SITE. www.tsuldotejo.pt

Desenvolvimento e coordenação
Projectil



TRANSPORTES
SUL DO TEJO

